

DIREITO DO TRABALHO EMPRESARIAL

Coordenadores

Bruno Cavalcanti
Marcelo Magalhães Peixoto
Sérgio Augusto Zampol Pavani

Francisco das C. Lima Filho	Marcos Neves Fava
William de Almeida Brito Júnior	Patrícia Pellegrini Baptista da Silva
Mário Paiva	Rosa Maria Pellegrini Baptista Dias
Gilberto de Castro Moreira Junior	Alexandre Nery de Oliveira
Marcelo Elias Sanches	Bruna Maria Jacques Freire de Albuquerque
Armando Luiz Rovai	Marcelo Roberto Bruno Válio
Luiz Fabricio Thaumaturgo Vergueiro	Terence Dornelles Trennepohl
Sérgio Augusto Zampol Pavani	Fernanda Sarmento Martorelli
Karina Braz do Rego Lins	

2008

Academia **MP**
Brasileira de Direito EDITORA

© Os Autores

Revisão Denis Marcello e Fábio Luiz de Carvalho

Capa Deborah Mattos

Diretor responsável Marcelo Magalhães Peixoto

D 635

Direito do trabalho empresarial / coordenadores:
Bruno Cavalcanti, Sérgio Augusto Zampol Pavani,
Marcelo Magalhães Peixoto; autores: Francisco das C.
Lima Filho... [et al.]. - São Paulo : MP Ed., 2007.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-98848-61-7

1. Direito do trabalho - Brasil. I. Pavani, Sérgio Augusto
Zampol. II. Peixoto, Marcelo Magalhães, 1971-.

07-1721.

CDU: 349.2(81)

Todos os direitos desta edição reservados a

MP Editora

Av. Brigadeiro Luís Antonio, 613, 10º andar

São Paulo-SP 01317-001

Tel./Fax: (11) 3101 2086

adm@mpeditora.com.br

www.mpeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O livro *Direito do Trabalho Empresarial* foi idealizado pela Academia Brasileira de Direito em conjunto com a MP Editora.

A obra tem o objetivo de discutir as mudanças e os aspectos fundamentais do direito do trabalho sob a ótica das empresas, a fim de tornar-se fonte segura de orientação nos diversos temas relacionados aos contratos de trabalho.

Abraçou temas de direito material e direito processual do trabalho. Assim, a penhora *on line*, o assédio moral, o meio ambiente do trabalho e a competência da justiça do trabalho são alguns dos temas tratados por autores experientes na área trabalhista.

É obra destinada a advogados, assessores jurídicos de empresas, procuradores, membros do Ministério Público e da magistratura do trabalho, profissionais que atuam em assuntos trabalhistas e empresários.

Manifestamos, nesta apresentação, o orgulho e a satisfação de verificar o resultado final deste projeto.

Desejamos que atenda às necessidades de seus leitores.

Marcelo Magalhães Peixoto
Sérgio Augusto Zampol Pavani
Bruno Cavalcanti

SUMÁRIO

OS DIREITOS FUNDAMENTAIS LABORAIS E OS LIMITES DOS PODERES EMPRESARIAIS	9
<i>Francisco das C. Lima Filho</i>	
1. Limites dos poderes empresariais	9
2. Conciliação entre os direitos fundamentais laborais e os poderes empresariais	21
3. Considerações finais	23
4. Referências bibliográficas	24
PENHORA <i>ON-LINE</i> : ASPECTOS POLÊMICOS E SUA EXPERIÊNCIA POSITIVA NAS EXECUÇÕES TRABALHISTAS	27
<i>William de Almeida Brito Júnior</i>	
1. Movimento em prol da efetividade do processo	27
2. As particularidades da execução trabalhista	31
3. Características da penhora <i>on-line</i>	32
4. Procedimento da ordem de bloqueio eletrônico	39
5. Cadastramento de contas aptas ao bloqueio	40
6. Limites à atuação jurisdicional	43
7. Penhora <i>on-line</i> de valor depositado em conta de reserva bancária	48
8. Penhora <i>on-line</i> de veículos automotores e averbação <i>on-line</i> de penhora de bens imóveis	49
9. Regulamentação legal da penhora <i>on-line</i> : Lei nº 11.382/06	50
10. Considerações finais	51
O PODER DIRETIVO DO EMPREGADOR <i>VERSUS</i> PRIVACIDADE DO TRABALHADOR NO AMBIENTE VIRTUAL	53
<i>Mário Paiva</i>	
1. Introdução	53
2. Privacidade de dados do trabalhador	54
3. Linhas gerais sobre correio eletrônico	57
4. Da proteção do sigilo de correspondência na maioria das Constituições do Ocidente e nos tratados internacionais	59
5. Correio eletrônico e correio convencional	64
6. Poder de direção do empresário e a intimidade do trabalhador	66
7. A Intervenção no correio eletrônico da empresa pelo empregador	67
8. O controle do <i>e-mail</i> pelo empregador	69
9. A posição de alguns doutrinadores sobre o assunto	72
10. Direito comparado	77
11. Jurisprudência nacional	80
12. Recente decisão do Tribunal Superior do Trabalho	86
13. Jurisprudência estrangeira	89
14. Diretrizes para utilização dos meios eletrônicos no ambiente de trabalho	90
15. O uso social do <i>e-mail</i>	93
16. Processo de adaptação	94
17. Referências bibliográficas	96

DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS AOS EMPREGADOS: ASPECTOS TRIBUTÁRIOS <i>Gilberto de Castro Moreira Junior</i>	101
DIGNIDADE HUMANA, CIDADANIA E HIPOSSUFICIÊNCIA <i>Marcelo Elias Sanches</i>	107
1. Introdução	107
2. Desenvolvimento	110
A DIFERENCIAÇÃO ENTRE A CARACTERIZAÇÃO DA JUSTA CAUSA TRABALHISTA E A JUSTA CAUSA SOCIETÁRIA NA EXCLUSÃO DE SÓCIO (NAS SOCIEDADES EMPRESÁRIAS DO TIPO LIMITADA) <i>Armando Luiz Rovai</i>	115
ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS E A IMUNIDADE DE JURISDIÇÃO TRABALHISTA <i>Luiz Fabricio Thaumaturgo Vergueiro</i>	123
1. Problema de pesquisa: o entendimento firmado pelo TRT-10ª Região	123
2. Inexistência de contrato de terceirização de serviços: inaplicabilidade da Súmula 331/TST	124
3. Diferenças entre os Estados e os organismos internacionais	125
4. Estatuto dos funcionários internacionais	131
5. Tribunal Administrativo das Nações Unidas (Tanu)	132
6. Impossibilidade de aplicação do princípio da reciprocidade ao caso concreto	134
7. Recentes decisões do TST	134
8. Considerações finais	137
9. Referências bibliográficas	138
A GLOBALIZAÇÃO E AS RELAÇÕES DE TRABALHO <i>Sérgio Augusto Zampol Pavani</i>	141
1. Introdução	141
2. Impacto da globalização	142
3. Relações de trabalho no âmbito da sociedade global	144
4. Alternativas para minimização dos impactos da globalização	148
5. Considerações finais	151
AS AÇÕES RELATIVAS ÀS PENALIDADES ADMINISTRATIVAS IMPOSTAS AOS EMPREGADORES PELOS ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO – LEITURA DO ARTIGO 114, VII DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA <i>Marcos Neves Fava</i>	153
1. Introdução	153
2. Abrangência	155
3. Limitação: empregadores	157
4. Importância da fiscalização na garantia dos direitos sociais	158
5. Ações e matérias afetas à nova competência	162
6. Cobrança das multas	165

7. Nótula procedimental	167
8. Certidões negativas de débitos perante o sistema do FGTS ou o INSS	169
9. Trabalho escravo	170
10. Considerações finais	172

A NOVA COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO E A HUMANIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO: AÇÕES DE RESPONSABILIDADE CIVIL DO EMPREGADOR DECORRENTE DE ACIDENTE DO TRABALHO 175

Patrícia Pellegrini Baptista da Silva e Rosa Maria Pellegrini Baptista Dias

1. Introdução	175
2. Acidente de trabalho e doença profissional	176
3. Competência da Justiça do Trabalho	178
4. Da responsabilidade civil do empregador	180
Considerações finais	189

A COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO SEGUNDO A EC 45/2004 191

Alexandre Nery de Oliveira

1. Competência ampla envolvendo relação de trabalho, sob qualquer regime legal (art. 114, I)	192
2. Competência quanto à discussão de exercício do direito de greve (art. 114, II)	204
3. Competência para as controvérsias sobre representação sindical ou causas envolvendo sindicatos, sindicatos e patrões ou sindicatos e trabalhadores, nesta qualidade (art. 114, III)	208
4. Competência para processar e julgar mandados de segurança, habeas corpus e habeas data, quando o ato questionado envolver matéria sujeita à jurisdição da Justiça do Trabalho (art. 114, IV)	210
5. Processo e julgamento de conflitos de competência envolvendo órgãos da própria Justiça do Trabalho (art. 114, V)	215
6. Competência para as controvérsias envolvendo pedido de indenização por dano moral ou patrimonial decorrente da relação de trabalho (art. 114, VI)	216
7. Competência para o exame das penalidades administrativas impostas aos patrões pela fiscalização do Trabalho (art. 114, VII)	221
8. Competência para a execução, de ofício, das contribuições sociais decorrentes das sentenças proferidas pela Justiça do Trabalho (art. 114, VIII)	223
9. Outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho (art. 114, IX)	224
10. Dissídios coletivos (art. 114, §§ 2º e 3º)	227
11. Considerações finais	233

A SITUAÇÃO DA MULHER BRASILEIRA E O DIREITO DO TRABALHO: DISCRIMINAÇÃO LABORAL, PROTEÇÃO AO TRABALHO DA MULHER E AÇÕES POSITIVAS 235

Bruna Maria Jacques Freire de Albuquerque

1. Introdução	235
2. A mulher brasileira e o trabalho	237
3. Direito do trabalho da mulher no Brasil	244

4. Ações positivas e políticas sociais brasileiras para promoção de igualdade de oportunidades e tratamento entre homens e mulheres	252
5. Considerações finais	262
6. Referências bibliográficas	263
ASSÉDIO MORAL NAS RELAÇÕES DE TRABALHO	265
<i>Marcelo Roberto Bruno Válio</i>	
APONTAMENTOS JURÍDICOS SOBRE A RELAÇÃO DAS EMPRESAS COM O MEIO AMBIENTE DO TRABALHO	275
<i>Terence Dornelles Trennepohl e Fernanda Sarmiento Martorelli</i>	
1. Introdução	275
2. Classificação didática do meio ambiente	279
3. O meio ambiente do trabalho	283
4. Considerações finais	294
5. Referências bibliográficas	295
OS EFEITOS DA SÚMULA VINCULANTE	297
<i>Karina Braz do Rego Lins</i>	
1. Introdução	297
2. Origem	297
3. Procedimentos legais: interpretação da lei	298
4. Vantagens e desvantagens	300
5. Efeito Vinculante: inconstitucionalidade	306
6. A Súmula Vinculante e a Justiça do Trabalho	309
7. Considerações finais	310